

PSOL e a COP 30

O colapso climático se intensifica em escala global, aprofundando desigualdades, ameaçando ecossistemas e a vida. O Brasil, a partir da atuação de partidos de esquerda, movimentos sociais, comunidades tradicionais, povos indígenas e demais grupos étnicos mais diretamente afetados, têm tido papel central no enfrentamento dessa crise, estando a Amazônia no centro do debate ambiental. A realização da COP 30 em Belém do Pará, em novembro de 2025, representa uma oportunidade histórica para fortalecer a luta socioambiental e reafirmar o compromisso do PSOL com uma transição ecológica justa e popular.

A vitória dos povos indígenas no Pará, que forçaram a revogação da Lei 10.820 mediante ocupações e greves, revela o caminho: justiça climática se conquista com mobilização de base e povo na rua! Belém deve ecoar o grito de que nossos biomas não são ativos de especuladores, mas territórios de vida, e que a verdadeira transição ecológica só será justa se descolonizar o poder, colocando na direção as comunidades originárias e tradicionais, que são os verdadeiros guardiões da natureza e do futuro da humanidade.

O PSOL tem sido uma das principais forças políticas na defesa do meio ambiente, dos direitos dos povos originários e tradicionais, combatendo a o desmatamento e a exploração predatória. Nesse contexto, o partido deve atuar de forma estratégica para garantir que a COP 30 seja um marco de avanço real e não apenas um evento simbólico. Por isso, nosso partido vai trabalhar para reunir todas as forças políticas e movimentos sociais comprometidos com os direitos das populações atingidas pelo colapso climático. Vamos lutar pela ampliação da presença da sociedade civil organizada e combater a apropriação da COP 30 pelo grande capital.

Para isso, o PSOL define os seguintes encaminhamentos:

1. Ampliar a comissão estabelecida pela Executiva Nacional em 2024 para 8 pessoas, que serão responsáveis pela articulação e mobilização do partido para a COP 30, e pela organização de formações e plenárias locais e nacionais do partido para articular a política ambiental e climática.

2. Construção de um pacote legislativo ambiental: construir em parceria com nossos mandatos um pacote de propostas legislativas em níveis municipal, estadual e federal para pautar a crise climática e fortalecer a luta socioambiental.
3. Sistematizar e socializar projetos ambientais em todos os níveis (municipal, estadual e nacional) para subsidiar mandatos do PSOL e fortalecer iniciativas utilizando como base a plataforma "Direito ao Futuro".
4. Lançar uma campanha nacional que pressione por compromissos climáticos, com metas concretas e implementação efetiva, garantindo materiais para agitação e propaganda, como panfletos, adesivos, camisas, bottons, além da ocupação nas redes sociais do partido e de nossos parlamentares.
5. Articular com a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco para garantir um espaço do PSOL na COP 30, preferencialmente na Blue Zone, ampliando nossa presença institucional e no debate político, contando com a presença de parlamentares e figuras públicas atuantes nessa temática.
6. Organizar um espaço internacional de reunião e intervenção pública com demais partidos e organizações partidárias da esquerda mundial engajadas na luta climática e ambientalista, construir uma plataforma global da esquerda para o colapso climático.
7. Articular a participação do PSOL na Cúpula dos Povos, junto dos movimentos sociais, impulsionando a ampla participação e mobilização da militância dos movimentos que integram o partido.
8. Nos articular em rede com movimentos sociais, sociedade civil, indígenas, quilombolas e sindicatos do Sul Global, com coordenação latino-americana, para fortalecer a solidariedade e pressionar conjuntamente por reparações climáticas históricas aos países e as comunidades mais impactados pela exploração neocolonial;
9. Vincular a pauta climática as pautas antirracistas e antifascistas, expondo a aliança orgânica entre a extrema direita global e as corporações que financiam genocídios ambientais, como o garimpo em terras indígenas e o monocultivo do agronegócio em terras quilombolas.